ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 2 DE ABRIL DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR CARLOS MUNIZ

2º SECRETÁRIO: VEREADOR SIDNINHO (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 306/19 da Secretaria Municipal da Saúde encaminhando cópias de convênios e termos aditivos; Ofício n. 29/19 da associação de Agentes Comunitários e de Combate às Endemias de Salvador (AAGES) encaminhando pleito remuneratório da categoria; Projetos de Lei n.s 82/19 do vereador Alexandre Aleluia, 83/19 do vereador Demétrio Oliveira, 84/19

da vereadora Marta Rodrigues e 85/19 do vereador Geraldo Júnior; Projeto de Indicação n. 174/19 do vereador Demétrio Oliveira; Requerimento n. 111/19 da vereadora Aladilce Souza; Requerimento de Utilidade Pública n. 30/19 do vereador Sidninho; Moção n. 40/19 do vereador Henrique Carballal; e Requerimento de licença de vereador. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, o vereador Kiki Bispo comentou sobre o alto índice de reclamações na Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) sobre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Afirmou que a Embasa prestava péssimos serviços, o que estaria levando o governador a pensar em privatizá-la; criticou as altas tarifas que eram pagas por esses serviços; e manifestou repúdio à sua administração, afirmando que sua composição não se baseava em habilitação técnica e que a empresa não recebia investimentos. O senhor presidente registrou a presença do deputado estadual Jurailton Santos. A vereadora Marta Rodrigues elogiou o *slogan* da Casa, "O futuro da Cidade passa por aqui", mas disse que isso não se mostrava no caso da tarifa de ônibus, que sofreu aumento sem haver clareza sobre critérios e justificativas, e sem se ouvirem os usuários do transporte. Afirmou que a Casa deveria ter conhecido a planilha em que se baseou o aumento, para que a Comissão de Transportes pudesse realizar audiências públicas. Expôs sobre os cidadãos sem recursos que sofriam com o aumento, criticando o prefeito por isso e por não cumprir promessas sobre um melhor equipamento para o serviço. O senhor presidente defendeu o *slogan* da Casa e explicou que, desde 2013, a CMS não se manifestava sobre a planilha de tarifa de transporte em razão de haver jurisprudência segundo a qual, a Casa não receberia esse conteúdo. Manifestou a opinião de que a CMS deveria receber a planilha e pediu apoio dos pares sobre esse entendimento, sobretudo por parte da Comissão de Transportes, para que, assim, pudessem se posicionar a respeito. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior expressou concordância quanto à Casa conhecer a planilha e disse que a planilha atual se baseara em estudos, os quais indicaram o valor de 4,12, sendo que o prefeito preferiu fixar a tarifa em 4,00

reais. Explicou que o serviço entraria em colapso sem esse aumento e lembrou que o secretário de Mobilidade Fábio Mota, que viera à Casa, dispôs-se a vir novamente. O senhor presidente pediu que o vereador Paulo Magalhães Júnior convidasse o secretário para retornar à Casa. Em seguida, lembrou a reunião do Colégio de Líderes no dia seguinte, às 9h. Pela ordem, vereador Kiki Bispo se associou, enfatizando a importância de conhecerem a planilha e pedindo o mesmo em relação ao Metrô, que era integrado ao ônibus. Pela ordem, o vereador Sidninho disse que o secretário estadual competente mostraria a planilha do Metrô e expôs detalhes sobre o reajuste do valor da tarifa de ônibus, explicando ter havido renúncia fiscal, o que contestou, afirmando que tal medida exigia lei específica. O senhor presidente determinou que fosse submetido à Procuradoria o questionamento do vereador Sidninho, para que tivessem uma resposta no dia seguinte, na reunião do Colégio de Líderes. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha comentou sobre a atuação do Ministério Público (MP), afirmando que a promotora Rita Tourinho fez defesa da Prefeitura e contestando essa postura. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal lembrou que já fora aprovada isenção do ISS para o Metrô e que o Metrô também sofreu aumento tarifário, e pediu ampliação do debate quanto à responsabilidade do Governo do Estado. O senhor presidente pediu que o conteúdo a ser levado à Procuradoria fosse extensivo ao que foi comentado pelo vereador Henrique Carballal. O vereador Carlos Muniz criticou Projeto do Executivo sobre "Built to Suit", afirmando que sua aprovação permitiria a realização de qualquer obra sem licitação. Declarou estar certo de que esse Projeto, o qual qualificou como "cheque em branco", era de autoria do chefe do Executivo e não, de algum dos seus secretários, e manifestou-se contrário à sua votação da maneira como se encontrava. Disse que, em vez de um Projeto como esse, a Prefeitura deveria se voltar a interesses dos cidadãos. O senhor presidente esclareceu que o conceito de "Built to Suit" se explicava como aluguel por encomenda. O vereador Luiz Carlos de Souza lembrou a frase de Millôr Fernandes, "democracia é quando eu mando em você, ditadura é quando você

manda em mim", e questionou sobre o Metrô ter recebido isenção do ISS e, no momento, a isenção para o transporte municipal ser criticada. Rebateu acusações sobre motivações políticas, ligadas ao PRB, terem pautado mudanças na Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude, responsável pelos Conselhos Tutelares. Refutou que conselheiros fossem tratados como "massa de manobra"; ponderou que o autor da acusação poderia receber a mesma chancela por defender politicamente o Governo do Estado; e rejeitou esse tipo de adjetivação. Foi votada e aprovada a licença do vereador Maurício Trindade (1º de abril). Em comunicação inadiável, o vereador José Trindade disse não ter procuração para defender o PRB e elogiou o presidente desse partido, deputado federal Márcio Marinho, e a vereadora licenciada e secretária Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude, Rogéria Santos. O senhor presidente associou-se à fala do vereador José Trindade. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto questionou sobre o uso de comunicações inadiáveis, observando que isso prejudicava os inscritos para o Pinga-Fogo. O senhor presidente concordou. Dando seguimento ao Pinga-Fogo, o vereador Joceval Rodrigues elogiou o debate dos vereadores sobre o Projeto dos motoristas de aplicativos, parabenizando os motoristas de táxis, mototáxis e transportes escolares. Declarou apoio ao vereador Luiz Carlos de Souza, declarando-se defensor da assistência social e afirmando que as mudanças na Secretaria se deram por ajuste de operacionalidade. Declarou-se à disposição para votar "sim" à Reforma Administrativa, para que o Executivo pudesse atuar ainda mais dentro dos padrões técnicos. O vereador Sílvio Humberto criticou o aumento da tarifa de ônibus, observando que a medida não era acompanhado de uma qualificação do serviço. Lembrou a promessa não-cumprida de se instalar ar-condicionado nos ônibus, observando que foi argumento para outorga onerosa. Considerou que as atuais condições dos veículos penalizavam os cidadãos, afirmando que isso se dava por escolha política dos gestores e que eles entendiam que a população e os profissionais do transporte mereciam tais condições. Por força de acordo, em

razão da vinda da secretária Municipal da Reparação, Ivete Sacramento, para tratar do Projeto do Estatuto da Igualdade Racial, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Sílvio Humberto.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO